



ESTADO DO PARÁ
CONSELHO DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO Nº 00715

O Conselho de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em sessão plenária realizada no dia 26 de agosto de 1986,

CONSIDERANDO proposição apresentada pelo Exmo. Sr. Conselheiro Egydio Machado Salles, a seguir transcrita, aprovada por decisão unânime, conforme consta da ata da 267ª sessão ordinária, realizada nesta data:

"Parte das paredes externas do imóvel onde está sediado este Conselho de Contas - prédio público - está coberta por cartazes de propaganda eleitoral, em franco desrespeito à lei, afora a poluição estética que isso representa para a cidade.

O Código Eleitoral dispõe no artigo 246 que a propaganda mediante cartazes somente é permitida nos locais expressamente designados pela Prefeitura.

Diante desse fato, notório para todos nós, proponho que o Conselho de Contas dos Municípios oficie ao Juiz Eleitoral competente, ao Prefeito de Belém e ao Superintendente da Polícia Federal no Pará solicitando as medidas necessárias não só para a retirada dos cartazes de propaganda eleitoral, como também sujeitando os infratores às penas dos artigos 328 e 329 do Código Eleitoral".

cont...



ESTADO DO PARÁ
CONSELHO DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

-02-

RESOLUÇÃO Nº 00715

RESOLVE:

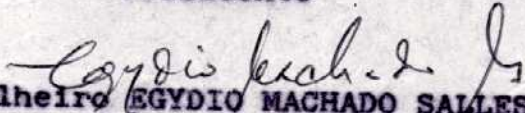
Que a Presidência deste Conselho officie ao Juiz Eleitoral competente, ao Prefeito de Belém e ao Superintendente da Polícia Federal no Pará solicitando as medidas necessárias não só para a retirada dos cartazes de propaganda eleitoral, como também sujeitando os infratores às penas dos artigos 328 e 329 do Código Eleitoral.

Sala das sessões do Conselho de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em 26 de agosto de 1986.

Conselheiro IRAWALDYR R. R. A.
Presidente do CCM-1986

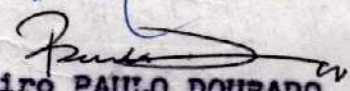
Conselheiro IRAWALDYR ROCHA


Presidente


Conselheiro EGYDIO MACHADO SALLES


Conselheiro LECYR RIOADES


Conselheiro HAROLDJO JULIANO DA GAMA


Conselheiro PAULO DOURADO


Conselheiro LAUDELINO PINTO SOARES


Conselheiro LORIWAL MAGALHÃES

Foi presente: Procurador Camilo Lopes